

7 JAN 1988

O presidente insiste em ficar 5 anos

GAZETA MERCANTIL

por Mariângela Hamu
de Brasília

O presidente José Sarney iniciou ontem à noite, durante encontro com o governador de São Paulo, Orestes Quércia, no Palácio da Alvorada, uma ofensiva pela recuperação do mandato presidencial de cinco anos, reduzido para quatro pela Comissão de Sistematização, na primeira fase dos trabalhos da Constituinte, informou a este jornal um colaborador muito próximo do presidente.

Sarney convidou Quércia para ir a Brasília decidido a pedir-lhe apoio para a realização de eleições presidenciais somente em 1989. Segundo o colaborador, o presidente não ignora que o governador paulista, originalmente favorável aos cinco anos, recentemente apoiou a realização de eleições em novembro próximo se esta for a vontade da maioria do seu partido, o PMDB. "O que ele pretende conseguir é apenas que Quércia não trabalhe contra suas pretensões", explica.

O presidente Sarney entende que o governador de São Paulo se beneficiou de verbas liberadas pelo go-

verno federal, quando a maioria dos governadores brasileiros clama por uma ajuda que dificilmente pode ser dada em tempos difíceis. O presidente sabe, também, que Quércia ainda pretende receber muito para realizar um bom governo. "O governador quer construir o trem bala. Se ele ajudar o governo, ele terá nossa ajuda. Se não ajudar, conseguirá apenas a bala e ficará só sem o trem", assegurou a este jornal um ministro da confiança de Sarney.

E de fundamental importância para o governo conquistar neste momento a neutralidade do governador de São Paulo, embora a data prevista para a votação da duração do mandato presidencial esteja ainda

(Continua na página 6)

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, esteve ontem à noite com o presidente José Sarney, em Brasília. A saída do Palácio da Alvorada disse ter confirmado ao presidente sua posição de acompanhar a decisão do PMDB pelo mandato de quatro anos, "uma tendência no partido".

(Ver página 6)

7 JAN 1988

O presidente insiste em ficar..

por Mariângela Hamu
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

distante. A fase decisiva dos trabalhos da Constituinte só começa no próximo dia 27 e o mandato presidencial dificilmente será examinado pelo plenário antes do final de fevereiro, mas o presidente teme o renascimento da mobilização popular pela realização de eleições ainda este ano.

Quércia, neutralizado, não engordaria o grupo de governadores, liderado por Wellington Moreira Franco, do Rio de Janeiro, que estão dispostos a estimular um movimento popular pelas "diretas já", com o aval do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães. Mas há quem, no governo, não acredite nes-

sa possibilidade. "Não vejo, neste País, alguém capaz de levar o povo de volta às ruas por eleições diretas em 1988", aposta o ministro das Comunicações e conselheiro informal do presidente Sarney, Antônio Carlos Magalhães.

Certo ou não, o ministro Magalhães também já começou, do seu QG na Esplanada dos Ministérios, a mobilizar a bancada baiana. Nas contas de Magalhães, o governo tem, neste momento, apenas cinco governadores que apoiam a redução do mandato presidencial: Miguel Arraes, de Pernambuco; Waldyr Pires, da Bahia; Moreira Franco, do Rio de Janeiro; Fernando Collor de Melo, de Alagoas e Carlos Bezerra, de Mato Grosso. "Esta ganharemos no voto", promete Magalhães.

PMDB discute antecipação da votação do mandato

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP) convocou para a próxima quarta-feira uma reunião da bancada de seu partido.

O objetivo principal da convocação é saber dos constituintes pemedebistas da viabilidade de se antecipar a votação do sistema de governo e o mandato presidencial.

A proposta, lançada inicialmente pelo senador José Richa (PMDB-PR) ganhou força entre os constituintes nessa semana. A vantagem da tese é eliminar, logo de início, as duas questões que mais dividem os parlamentares.

O mandato e o sistema de governo estão inseridos no Capítulo IV do Projeto Constitucional e nas disposições transitórias. De acordo com o atual regimento interno da Constituinte o projeto deve ser votado pela ordem crescente dos títulos. Tecnicamente a antecipação da votação só pode ser feita através de uma mudança no regimento, acordo de lideranças ou

aprovação de projeto de resolução.

A primeira hipótese descartada pelos parlamentares. A última mudança do regimento desgastou a imagem dos constituintes e atrasou em 45 dias o início da votação do projeto. O acordo de lideranças é uma hipótese considerada viável. Covas, que defende a antecipação, disse que somente após a reunião, e se esta decidir pela proposta, é que poderá consultar as demais lideranças.

A terceira possibilidade já foi posta em prática. O deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ) iniciou ontem a coleta das 56 assinaturas necessárias à apresentação de um projeto de resolução, propondo a antecipação da votação. Ele acredita que até a próxima segunda-feira obterá as assinaturas. O projeto, depois de receber parecer da mesa da Constituinte é enviado ao presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães que deve colocá-lo para votação em plenário. Não há prazo regimental para este ato.

GAZETA MERCANTIL